

Democratização do sufrágio

Dado o caráter cruento de que se revestiu a disputa pela sobrevivência --e autonomia-- do Parlamento, a liderança desse movimento convenceu-se de que a instituição deveria ser integrada exclusivamente por representantes da elite proprietária. Na condição de figura destacada no seio daquela liderança, Anthony Ashley Cooper, Lorde Shafsterbury (1621/1683), expressa essa convicção num projeto de lei elaborado em 1679 --depois da restauração monárquica, portanto. Explicita que se trata de assegurar a independência da instituição em relação à Coroa.

O projeto em causa estabelecia que tanto o direito de voto como o de ser votado devia ficar adstrito aos proprietários que tivessem acima de determinada renda. Por esse meio supunha que os membros do Parlamento teriam condições de resistir à pressão como às tentativas de corrupção provenientes da Casa Reinante.

Numa brochura escrita para defender o mencionado projeto, afirma: “Do mesmo modo que os eleitores devem ser proprietários, também o devem ser os parlamentares, porém num grau mais elevado. Não é sábio confiar a riqueza da Nação àqueles que não a tivessem eles mesmos. Seria legítimo temer que suas dificuldades financeiras, combinadas com uma tentação externa (o Rei e a Coroa) não lhes permitisse resistir a interesse hostil, do que por vezes tivemos experiência, nos Parlamentos anteriores, para nossa infelicidade.” (Some observations concerning the regulating of elections for Parliament (1679), in *Collection of Scarce and Valuable Tracts* (1748), Apud Bernard Manin –*Principes du Gouvernement Representatif*. Paris, Flammarion, 1996, p. 130)

No transcurso do século XVIII consolida-se o sistema representativo na Inglaterra, isto é, encontram-se as formas de relacionamento entre o Poder Executivo e o Parlamento, de um lado, e de outro, fixa-se o papel da monarquia no conjunto do sistema. No mesmo período dá-se a estruturação dos partidos políticos. Lançam-se igualmente as bases do ordenamento liberal da vida social com o estabelecimento da liberdade religiosa (liberdade de consciência) e da liberdade de imprensa, bem como os parâmetros fundamentais da liberdade individual.

No primeiro reinado subsequente à Revolução Gloriosa – reinado de Guilherme e Maria de Orange, de 1689 a 1702 – decidiu-se que os impostos seriam votados anualmente, graças ao que ficava o rei obrigado a convocar o Parlamento pelo menos uma vez em cada ano e, ao mesmo tempo, que o mandato dos membros da Câmara Baixa seria de três anos, o que evitava a sua perpetuação, e o risco de dissociar-se dos grupos sociais que representavam.

Introduziu-se a autonomia do Judiciário, ao decidir que o cargo de juiz era vitalício e que seus titulares só podiam ser destituídos em casos de conduta desabonadora da função e por resolução do Parlamento.

Os dois passos mais importantes na plena configuração do sistema representativo são, entretanto, o aparecimento do Conselho de Ministros e a necessidade de alcançar maioria parlamentar na constituição do governo, o que leva à estruturação permanente dos partidos políticos. Tal se deu no quase meio século ocupado pelos reinados de Jorge I e Jorge II (1714-1760), que dão início à dinastia de Hanover. Preservando fortes vínculos com suas possessões alemãs, introduziram o hábito de só tomar conhecimento dos assuntos ingleses através de um dos ministros indicados pelo Parlamento. Este

passou a denominar-se *Prime Minister* e, o governo, de *Gabinet Office* (gabinete ministerial), ao que se supõe pelo fato de que, nessa época, o Conselho de Ministros se reunia, para considerar os assuntos de governo, num dos aposentos (gabinete) do Palácio real.

Assim, quando Jorge III, que ascende ao poder em 1761, tenta restaurar o governo pessoal, não mais encontra ambiente propício, nem mesmo entre os **Tories**. Esse monarca criou a grave crise de que resultou a Independência dos Estados Unidos em 1776 e sustentou a guerra contra os americanos, de que saiu derrotado em 1781. Essa derrota contribuiu para que renunciasse ao governo pessoal. A consolidação definitiva do governo de gabinete seria obra de William Pitt (1759/1806), que tendo se iniciado na política como *Whig*, mais tarde formando com os *Tories*, pôde estruturar uma ampla coalizão que deu estabilidade ao governo (1783/1801) numa fase tumultuada da vida européia, em decorrência da Revolução Francesa. Desde então, qualquer que seja o Rei ou a Rainha da Inglaterra, o país é governado pelo Primeiro Ministro. A Monarquia torna-se representação permanente da Nação, sem ingerência direta nas funções executivas.

Durante o século XVIII são igualmente consolidadas as liberdades fundamentais, na maneira peculiar como se dá a evolução do direito na tradição inglesa, isto é, na base da prática e da experimentação. A questão da escravidão foi debatida longamente. Inexistente na Inglaterra, vigorava entretanto na Escócia e nas colônias. Em 1772, a justiça estabelece o princípio de que *todo escravo torna-se livre quando pisa o solo da Inglaterra*. Na Escócia, a escravidão é abolida em 1799. E, nos começos do século XIX, dá-se a proibição do tráfico nas colônias inglesas.

No mesmo espírito é fixada a liberdade de imprensa e as formas de repressão aos abusos.

O maior progresso corresponde contudo à liberdade religiosa. Embora a Lei de Tolerância, votada em 1689, haja estabelecido o livre exercício dos cultos, os protestantes não-anglicanos estavam excluídos do serviço público e a tolerância não beneficiava judeus e católicos. Tais restrições acabaram sendo abolidas paulatinamente. Nas últimas décadas do século XVIII tem início na Inglaterra a Revolução Industrial que iria provocar o surgimento de cidades industriais, grande aumento populacional e significativa alteração em sua distribuição espacial.

As imensas transformações sociais tiveram como conseqüência tornar inteiramente inadequada a representação política organizada com base na mesma divisão territorial de fins do século XVII. Os 600 membros da Câmara dos Comuns eram eleitos à razão de dois por cada *shire* (condado ou distrito), muitos dos quais não passavam de diminutas localidades rurais, enquanto as cidades eram mantidas à margem. Os *Whigs* assumiram essa bandeira e depois de mais de meio século de domínio conservador ganham as eleições de 1830 e logo fazem aprovar a Reforma Eleitoral. Entretanto, o projeto foi recusado pela Câmara dos Lordes. Certo de atender às aparições da maioria, o Gabinete Liberal ameaçou com a nomeação de tantos lordes *whigs* quantos se fizessem necessários para quebrar a maioria conservadora.

O número de integrantes da Câmara dos Lordes não era limitado. Tratando-se de cargo vitalício, esta foi a solução encontrada para que não se transformasse em obstáculo intransponível ao exercício do poder pela maioria eleita para a Câmara Baixa.

Diante da firmeza do Gabinete, a Câmara dos Lordes cedeu. A Reforma foi introduzida em 1832. Eliminou-se a representação das circunscrições com menos de 2 mil habitantes, reduzindo-se para um único deputado a dos condados que não passavam de 4 mil habitantes. Desde os tempos de Pitt, essa representação, que interferia grandemente na estabilidade da maioria, vinha sendo combatida. O próprio Pitt contribuiu para popularizar a idéia de que provinham de “burgos podres”, isto é, na verdade não tinham vínculos com qualquer segmento importante da representação.

Nada menos que 43 cidades adquirem representação no Parlamento.

A legislação em causa mantinha a exigência de renda e, assim, de fato, ampliava a representação da elite proprietária, para incluir os industriais e outros elementos citadinos. Tratava-se contudo de uma alteração profunda, consoante se pode inferir do curso político empreendido pela Inglaterra no ciclo subsequente. O eleitorado expandiu-se de 220 mil para 670 mil.

Ao longo do século XIX, capitaneadas sobretudo pela nova liderança do Partido Liberal –William Gladstone (1804/1898)-, procedeu-se à sucessiva liberalização do sufrágio. O critério seguido foi incorporar ao processo eleitoral aqueles contingentes que, de modo comprovado, tinham interesse próprio a defender. Isto é, não iriam servir de massa de manobra para atender a ambições políticas, como viria a ocorrer na França posterior à Revolução de 1848.

A firmeza com que a Inglaterra aplicou esse princípio pode ser comprovada pela recusa em introduzi-la de forma abrupta e com base na justificativa formulada pelo movimento que passou à história com o nome de *cartismo*. Ao mesmo tempo em que, a seu tempo, procedeu-se à extensão do sufrágio.

Denomina-se movimento cartista a campanha levada a cabo, na Inglaterra, por políticos e pensadores que se denominavam radicais (1), estruturado em torno da *Carta das Liberdades do Povo*, cujo programa abrangia cinco pontos: 1) sufrágio universal; 2) voto secreto; 3) eleições anuais; 4) supressão da exigência de renda e 5) remuneração aos deputados. Com o correr do tempo estas reformas foram levadas a cabo pelos liberais. No contexto histórico do cartismo, contudo, tais reivindicações achavam-se associadas a uma tradição cultural formada no Continente, que tinha sua origem na Revolução Francesa e nas idealizações acerca do homem, postas em circulação por Rousseau e seguidores.

A liderança cartista criticou acerbamente a Reforma Eleitoral de 1832 e, durante certo período, conseguiu realizar manifestações e atos públicos amplamente concorridos em favor da *Carta*. A partir de 1848, o cartismo entra em declínio e desaparece de todo.

Semelhante desfecho sugere que seu prestígio popular decorria da força de outras aspirações sociais, como a liberdade de comércio e a melhoria das condições sanitárias das cidades e, em geral, do ambiente dos novos locais de trabalho surgidos com indústria. Na medida em que o Parlamento adota o livre-cambismo e promove a modernização das cidades e a melhoria das condições de trabalho, os cartistas se isolam e perdem terreno.

Em que pese a derrota do cartismo, o processo de democratização da idéia liberal seguiu seu curso, tendo a Gladstone, na liderança do Partido Liberal, como seu grande artífice. À luz da própria experiência inglesa, os liberais davam-se conta de que a condição de proprietário não era requisito exclusivo para o exercício da cidadania. Esta requeria, por

certo, consciência plena dos seus interesses e meios para defendê-los. Mas este desfecho não provinha exclusivamente da condição de proprietário, a partir mesmo de que se multiplicavam atividades bem remuneradas, independentemente da posse dos meios de produção. Além disto, a liberdade de imprensa e o fato de que a escola tenha deixado de ser freqüentada apenas por uma pequena elite (2) criaram novas formas de acesso àquele exercício. As trade-unions, por seu turno, tinham deixado de ser associações destinadas a impedir a introdução das máquinas, para se transformar numa forma de obtenção, junto aos próprios trabalhadores, dos recursos requeridos pela defesa dos seus interesses (3).

Era preciso, portanto, dar continuidade à reforma eleitoral a fim de que o Parlamento pudesse, de fato, refletir as mudanças ocorridas na sociedade. Em 1866, Gladstone apresenta ao Parlamento um novo projeto de Reforma Eleitoral que é derrotado pela maioria conservadora, mas encontra ampla receptividade junto à opinião pública. Para atender a tais reclamos, no ano seguinte os próprios conservadores, liderados por Disraeli, patrocinam uma reforma que amplia a participação das cidades.

Logo depois, em 1872, achando-se no poder, Gladstone obtém do Parlamento a introdução do voto secreto. No novo governo que organiza quinze anos mais tarde, em 1884, cria distritos com importância análoga, cada um elegendo um deputado. O direito de voto é, então, grandemente ampliado, chegando o corpo eleitoral a ser integrado por 4 milhões de pessoas.

A plena democratização do sistema somente ocorreria depois da primeira guerra mundial. Em 1918, pela primeira vez a lei assegura direito de voto a todos os ingleses maiores de 21 anos e a todas as mulheres com mais de 30 anos. A igualdade entre homens e mulheres é aprovada em 1928.

A rigor, portanto, o processo de democratização da idéia liberal desenvolve-se, na Inglaterra, ao longo de praticamente um século, isto é, de 1832 a 1928, conforme é mostrado no Quadro abaixo:

ELEITORADO DA GRÃ BRETANHA (1831-1931)

% da população acima de 21 anos

ANO	%
1831	4,4
1832	7,1
1864	9,0
1868	16,4
1883	18,4
1886	28,5
1914	30,0
1921	74,0
1931	97,0

Em nenhum momento a liderança liberal abdicou da noção de que a representação é de interesses ou capitulou diante das idealizações do *bom selvagem* ou das teses do *democratismo*, que a experiência iria demonstrar tratar-se, na verdade, do caminho mais curto para o totalitarismo. O sistema representativo não se propõe eliminar as limitações da pessoa humana, mas criar condições adequadas à solução dos inevitáveis conflitos sociais, sem recursos ao arbítrio.

Saiba mais

William Pitt e a independência do Parlamento

William Pitt (1759/1806) era filho do Conde de Chatman, conhecido político que tinha o mesmo nome. Concluiu sua formação humanista em Cambridge, aos 17 anos. Revelou desde cedo grande interesse pela vida política do país e achava-se presente à sessão da Câmara dos Lordes em que seu pai faleceu, na própria tribuna, enquanto discursava (1778). Tinha 22 anos quando se elegeu para a Câmara dos Comuns. Seu primeiro discurso no Parlamento revelou que se tratava de um jovem extremamente bem preparado para a vida pública, a ponto de que o Primeiro Ministro da época (Lord North) haver registrado que fora o melhor a que presenciara em sua atividade parlamentar. O jovem parlamentar teria oportunidade de participar dos debates relacionados à Independência dos Estados Unidos, propugnando pelo fim da beligerância.

Em março de 1782 iniciou sua primeira participação no governo whig, formado em decorrência da vitória eleitoral alcançada naquele ano. Na primeira reforma ministerial seria nomeado Ministro do Exterior. Tinha então apenas 23 anos. Permaneceu no posto um ano.

A experiência parlamentar de Pitt convenceu-o de que a forma de escolha dos membros da Câmara dos Comuns proporcionava ao país uma falsa estabilidade. O sistema em vigor, que dava excessivo poder a alguns de seus membros – pelo direito de eleger representante em localidades sem qualquer representatividade –, segundo seu entendimento, carecia de uma profunda reforma. Tão logo saiu do governo, submeterá à Câmara um projeto que incluía: 1º) verificação e punição de suborno a eleitores; 2º) eliminar a representação das localidades que, pelas reduzidas dimensões do eleitorado, facilitava a corrupção; e, 3º) ampliar o número de componentes da Câmara dos Lordes. A proposta foi derrotada por 293 a 149 votos. Embora desfavorável, tal resultado permitiu-lhe verificar que suas idéias eram apoiadas por expressivo grupo de deputados. Desde então passou a exercer incontestemente liderança do que se poderia denominar de elemento renovador.

Em fins daquele ano (1783), tendo o gabinete renunciado, o Rei Jorge III indica-o para o cargo de Primeiro Ministro. A maioria receberia a indicação com uma grande gargalhada o que não impediu a sua eleição mas praticamente paralisou o seu governo. As sucessivas derrotas na Câmara não o levaram a renunciar. Ao contrário, aproveitou a circunstância para popularizar suas idéias no país. Confiante nessa estratégia, convocou

eleições gerais para março de 1784. Estas eleições asseguraram-lhe maioria. Elegeu-se representante de Cambridge, que se considerará muito relevante.

William Pitt ganhou sucessivas eleições e permaneceu no poder até 1801, isto é, dezessete anos.

Em sua longa permanência no poder, Pitt privilegiou as seguintes linhas de atuação: 1ª) Aperfeiçoar os mecanismos governamentais destinados a transformar a Inglaterra na maior potência comercial do mundo, introduzidos por Elisabete I e que, embora negligenciados sob os Stuart, lograram ampla continuidade nos dois séculos desde então transcorridos. Conseguiu muita coisa neste sentido, inclusive a eliminação do contrabando; e, 2ª) Aperfeiçoar o arranjo institucional do Império a fim de evitar fraturas, a exemplo daquele que resultou da independência dos Estados Unidos. Nesse mister não seria bem sucedido. Concebeu um mecanismo de convivência com a maioria católica da Irlanda, atribuindo-lhe a prerrogativa de fazer-se representar no Parlamento inglês, respeitados os direitos da minoria protestante. Esse arranjo encontrou uma formulação acabada em 1801 mas encontrou grande resistência, a começar do próprio rei George III, levando à renúncia de Pitt.

O seu grande feito, entretanto, consistiu em tornar o Parlamento uma instituição independente perante a Coroa e respeitada pela opinião pública. O desfecho dessa conquista seria o surgimento de uma variante do governo representativo: o denominado sistema parlamentar ou parlamentarismo. Na Inglaterra preservou-se a monarquia, porém as funções executivas passaram a ser exercidas por um governo não só constituído como aprovado pelo Parlamento, e por este controlado. Nessa modalidade de monarquia constitucional, "o Rei reina mas não governa".

O curioso é que esse fato notável foi alcançado em que pese a Câmara dos Comuns não haja acolhido o seu projeto de reforma, transformando-o em lei. Além do projeto de 1783, antes referido, voltaria à carga, animado pelos resultados eleitorais alcançados em março de 1784. Gozando de incontestado prestígio nos mais amplos círculos do país, acreditava que venceria a resistência, na Câmara dos que seriam diretamente afetados. A nova proposição consistia em extinguir a representação de 37 localidades que não tinham qualquer representatividade e ampliar a base territorial de outras, de modo a dispor de mais 34 lugares. As 71 cadeiras daí resultantes seriam distribuídas naquelas regiões em que a população registrava crescimento.

Apesar de advertido de que, se não fechasse a questão – fazendo com que a votação equivalesse a um voto de confiança –, Pitt recusou o alvitre e foi derrotado. A proposição obteve 174 votos enquanto 248 representantes votaram contra. Grande número de deputados deixou de comparecer à votação, quase um terço, porquanto a Câmara era integrada por 600 deputados, enquanto votaram apenas 422.

Apesar de derrotado, Pitt conseguiu implantar padrão de austeridade no exercício da função. Rompendo com a praxe, nenhum de seus ministros poderia obter emprego nas Companhias de Comércio, que era a forma pela qual o governo organizava o intercâmbio comercial. (4) A compra de votos passou a merecer tal repulsa que virtualmente cessou. Os recalcitrantes eram denunciados e execrados. Os líderes políticos tiveram que se preocupar em preservar a reputação. O exemplo do próprio Pitt tornou-se edificante: ao sair do governo acumulou uma dívida tão grande que, embora

ajudado pelos amigos, teve que se desfazer do patrimônio da família, inclusive a casa em que residia.

Assim, ainda que a reforma preconizada por Pitt acabasse sendo postergada até 1832, nos decênios posteriores à sua saída do governo a interferência dos reis no governo é efetivamente reduzida.

Os rumos seguidos pela Revolução Francesa tiveram um grande impacto nos destinos das reformas capitaneadas por Pitt, desde que, progressivamente, as relações com a França tornaram-se o tema fundamental.

De início, pareceu ao governante inglês que se tratava de assunto doméstico daquele país. Entretanto, o fato de ter-se tornado patente a existência na Inglaterra de grupos favoráveis àquele movimento, contando inclusive com o apoio de parlamentares, (5) levou-o a condenar publicamente tal posicionamento. Diante da execução de Luís XVI em janeiro de 1793, retirou de Paris o embaixador inglês. A primeiro de fevereiro seguinte, a França declarou guerra à Inglaterra.

Desde então, Pitt passa a atribuir prioridade à luta contra a França. Entre março e outubro desse mesmo ano (1793), consegue promover coalizão militar integrada pela Rússia, Prússia, Áustria, Espanha, Portugal e diversos principados germânicos. A coalizão sofreu diversas derrotas em 1794 e a Inglaterra preparou-se para o prolongado conflito que de fato ocorreria. Os impostos elevaram-se brutalmente mas ainda assim o país enfrentava déficits sucessivos.

Afastando-se do governo, em 1801, por motivo da desaprovação pelo monarca de sua política em relação à Irlanda - batizada de "emancipação católica" -, Pitt voltaria ao poder em 1804 para fazer face à ostensiva preparação da Armada Francesa para invadir a Inglaterra. Atenderia de modo satisfatório a esse chamado, mas logo dar-se-ia conta de que a tomada do poder por Napoleão, em 1799, iria postergar por muitos anos a resolução do conflito. Os ingleses conseguiram destroçar a Armada Francesa na Batalha de Trafalgar, a 21 de outubro de 1805. Porém, quase de imediato, Napoleão obteve uma grande vitória sobre a coalizão, em Austerlitz, em dezembro do mesmo ano. Deprimido pelos rumos da guerra, Pitt adoece seriamente, vindo a falecer a 16 de janeiro de 1805.

A consolidação do governo representativo na Inglaterra, no século XVIII, teve profundas conseqüências nos destinos do Ocidente.

O caminho apontado pela Revolução Francesa não conduziu à concretização de nenhuma de suas promessas. A **liberté** que era o centro de sua bandeira, direcionada precisamente contra a monarquia absoluta - ideário que se supunha seria melhor efetivado pela República, proclamada em 1792 - viu-se espezinhada, tanto pelo Terror dos republicanos como pela revogação do princípio constitucional, sob Napoleão, ao proclamar-se Imperador e dispensar a existência do Parlamento. O ideal de **égalité** seria apropriado pela nova vertente, socialista, surgida no século XIX, que pretendia a igualdade social imposta pela força, exigente da abolição dos ricos, que o marxismo também saberia encarnar. E, quanto à **fraternité**, seria simplesmente esquecida, tamanho o ódio que a Revolução acabou inoculando na convivência da Europa continental.

Num quadro destes, a alternativa do governo representativo deixava de ser um simples ideário vazio, a exemplo do que se tornara a experiência da França. Pelo caminho da reforma, daria corpo ao projeto moral que as consignas da Revolução Francesa

pretendiam expressar, reduzindo-o à escala humana, única capaz de levá-lo à progressiva implantação e sucessivo aperfeiçoamento.

William Gladstone e a democratização do sufrágio eleitoral

William Gladstone (1809/1898) foi educado para tornar-se pastor anglicano, sendo não só um homem de grande cultura como interessado em questões muito distanciadas da política partidária, às quais dedicaria alguns de seus livros, a exemplo da Teologia; da crítica à Igreja Católica na sua marcha anti-liberal e rigidamente hierarquizada em torno do Papa; bem como da moralidade em geral. Homem de princípios, conseguiu dar grande coerência doutrinária ao Partido Liberal. É uma presença marcante na política inglesa da segunda metade do século XIX, ao lado de seu famoso rival Benjamin Disraeli (1804/1891).

Elegeu-se para o Parlamento muito jovem, em 1832, aos 23 anos de idade. Integrava então a bancada do Partido Conservador. Esse era um tempo em que os partidos ingleses seriam instados a congregar-se em torno de princípios programáticos, fato que seria assinalado por Philip Magnus, seu grande biógrafo. Segundo esse autor, a Reforma Eleitoral de 1832, que assegurou representação à elite proprietária urbana e extinguiu a dos chamados “burgos podres” --colégios eleitorais sem maior expressão--, constitui o ponto de inflexão. Até então, parece-lhe, “os membros do Parlamento não se sentiam constrangidos pelos termos dos programas dos partidos ou pelas promessas aos eleitores... Outra teoria do Partido achava-se entretanto implícita em muitos discursos por ocasião dos debates da Reforma. Encontra-se, é certo, em sua infância, e o primeiro impulso sério naquela direção não seria dado até 1845, quando Disraeli ataca Peel por trair os compromissos eleitorais do Partido Conservador quanto à manutenção da Lei dos Cereais. Até então a velha e a nova concepção existiam lado a lado. A velha teoria do Partido é abalada quando emergem conflitos de princípios. Estes conflitos eram, de todos os modos, o elemento vital da nova teoria, que exigia fossem explicitados sempre que não se tornassem imediatamente aparentes”.

Na condição de líder do Partido Liberal, William Gladstone torna-se Primeiro Ministro em 1868. Os liberais permanecem no poder até 1874; conquistam-no novamente em 1880, sendo afastados em 1886. Por fim, Gladstone retorna ao cargo de chefe do governo no período 1892/1894. Entre os feitos que caracterizam a sua gestão sobressai a introdução do sufrágio universal, na forma como era entendido na época, isto é, abrangendo apenas a população masculina. Graças à Reforma Eleitoral de 1832, o eleitorado expandira-se de 4,4% para 7,1, da população maior de 21 anos. Nas eleições de 1886, já correspondiam a 28,5%. O importante a registrar, nesse particular, é que os liberais opuseram-se radicalmente à pregação dos cartistas, embora tivessem introduzido as reformas que iriam desembocar na universalização do sufrágio (masculino). Deste modo, a divergência limitava-se ao caráter abstrato de sua fundamentação. Quando os segmentos sociais, que se beneficiariam da providência, demonstraram claramente ter interesses concretos a defender, o Partido Liberal, sob a liderança de Gladstone, soube atender ao curso histórico real.

Tinha plena consciência de que, longe de ser composta por essas criaturas idealizadas, a sociedade subdividia em grupos de interesses muito concretos, mais das vezes de difícil conciliação. Além disto, a construção do governo representativo louvara-se de dura e cruenta experimentação. Nesse contexto, não levou a sério as proposições contidas na *Carta*, embora, por caminho próprio, acabasse chegando àqueles resultados. Mas num longo processo de experimentação, de quase meio século.

A experimentação do novo sistema, ao longo do século e meio, desde o desfecho da Revolução Gloriosa, exigira o aprimoramento das regras eleitorais, conforme foi ressaltado.

Nos meados do século XIX, a situação do país registrava grandes mudanças. Multiplicavam atividades bem remuneradas, independentemente da condição de proprietário. Vigorava liberdade de imprensa, o analfabetismo vinha sendo sucessivamente eliminado, disseminando-se o denominado ensino popular, abrangente das pessoas independentemente de seu padrão de renda. Ainda assim, o que de fato marcaria a liderança liberal seria a evolução do movimento sindical.

As *trade-unions* tinham deixado de ser associações destinadas a impedir a introdução das máquinas, para se transformar numa forma de obtenção, junto aos próprios trabalhadores, dos recursos requeridos pela defesa dos seus interesses. A partir da segunda metade do século passam a ser toleradas. Em 1868, realizam o Primeiro Congresso Anual e, entre 1871 e 1876, o Parlamento vota as disposições que regulam o seu funcionamento.

O projeto que Gladstone submete ao Parlamento em 1866 objetivava estender o direito de voto aos chefes de família, residentes na Capital, que ficariam dispensados da prova de renda. Para atender a tais reclamos, no ano seguinte, os próprios conservadores, liderados por Disraeli, patrocinam essa reforma, ensejando a ampliação o contingente eleitoral.

Logo depois, em 1872, achando-se no poder, Gladstone obtém do Parlamento a introdução do voto secreto. Em 1877, na oposição, suscita no Parlamento a necessidade de estender a todos os condados a prerrogativa que havia sido assegurada aos eleitores chefes de família da Capital. Os debates, que então se travaram na Câmara, vieram a ser publicados, quando Gladstone se dispôs a reunir seus discursos, artigos e ensaios numa coletânea que denominou de *Glending of Past Years*. No primeiro desses volumes figuram três de seus pronunciamentos quando da discussão acerca da pretendida extensão do eleitorado. Contêm um amplo balanço da experiência eleitoral precedente, pela qual se vê que a doutrina da representação política como sendo de interesses, da lavra de Benjamin Constant de Rebecque, havia calado fundo na liderança liberal inglesa.

A linha de argumentação seguida por Gladstone poderia ser resumida como segue: 1º) enfatiza a necessidade de deixar de considerar-se a extensão do eleitorado como se se tratasse de interesse partidário; 2º) consigna a justeza de se haver optado por proceder àquela ampliação de forma ponderada, atentos aos resultados da experimentação; 3º) com base nessas premissas afirma que a Câmara Baixa não deve persistir na exclusão “do direito eleitoral a uma classe a quem ninguém pode atrever-se a negar sua aptidão para fazer uso de tal direito”. E, prossegue: “Esta classe é a classe média”. Lembra que, quando da discussão da lei, afinal aprovada em 1867, dizia-se que o país cairia no

abismo (argumento que também se usou quando da Reforma de 1832). A experimentação desde então efetivada, a seu ver, comprova terem sido infundados tais receios.

No novo governo que organiza dezessete anos mais tarde, em 1884, consegue aprovar legislação que cria distritos com importância análoga, cada um elegendo um deputado. O direito de voto é então grandemente ampliado chegando o corpo eleitoral a ser integrado por 4 milhões de pessoas. Nas últimas eleições anteriores à primeira Guerra, as dimensões do eleitorado (30% da população maior de 21 anos) iriam comprovar que coube a Gladstone a imensa tarefa de introduzir, com sucesso, o sufrágio universal masculino.

Conforme foi enfatizado, a plena democratização do sistema somente ocorreria depois da primeira guerra mundial. Em 1918, a lei assegura o direito de voto a todos os ingleses maiores de 21 anos e a todas as mulheres com mais de 30 anos. A igualdade entre homens e mulheres é aprovada em 1928.

Na Inglaterra, o processo de democratização da idéia liberal durou praticamente um século, isto é, de 1832 a 1928. Essa fidelidade ao curso histórico asseguraria ao sistema inglês a franca superioridade em relação à experiência francesa, do mesmo período. Na segunda metade do século XIX, quando a Inglaterra optava pela prudência na matéria, na França de Napoleão III a democratização do sufrágio, introduzida abruptamente, seria colocada ao serviço da volta à monarquia absoluta, mediante a realização de plebiscitos.

A experiência inglesa constitui a mais cabal demonstração de que o sistema representativo atende perfeitamente às aspirações plausíveis da sociedade, prescindindo das hipóteses que se louvam da crença na viabilidade de sua transformação. Enfim, não diz respeito à sociedade ideal mas à concreta e limitada, produto da ação humana.

NOTAS

(1) Graças a essa circunstância, em muitos países agremiações liberais adotaram o nome de Partido Radical.

(2) A doutrina que vincula diretamente a educação ao exercício da cidadania é obra dos liberais americanos

e corresponde a fenômeno do século XX. Contudo, Gladstone precedeu as suas reformas eleitorais da disseminação do ensino primário, então denominado de “popular”, além de tê-lo tornado público, já que se tinham originado como iniciativa das diversas confissões religiosas protestantes.

(3) Ainda que a lei proibisse as trade-unions - disposição que Evaristo de Moraes Filho entende achar-se também relacionada ao receio dos industriais de renascerem as velhas corporações de ofícios, o que poderia impedir ou dificultar o funcionamento das novas empresas--, e mesmo a Grand National Consolidated Trade-Unions, de Robert Owen (1771/1858), que reunia 500 mil adeptos, veio a ser dissolvida nos anos quarenta, a partir da segunda metade do século passam a ser toleradas. O 1º Congresso Anual das Trade- Unions realiza-se na Inglaterra em 1868 e entre 1871 e 1876 o Parlamento vota as disposições que regulam o seu funcionamento.

(4) Vigorava a doutrina chamada **mercantilismo**, segundo a qual os ganhos do país advinham do comércio, razão pela qual deveria ser controlado de perto pelo Estado.

(5) Justamente essa circunstância é que levaria Edmund Burke (1729/1797) a escrever *Reflexões sobre a revolução na França* (1790), texto que viria a tornar-se clássico.

(6) *Gladstone, a Biography*. London, John Murray Publishers, 1954, p. 20.

(7) Mereceria tradução espanhola com o título de *Questiones constitucionales 1873/1878*. Madrid, Libreria de Simon Y Osler, 1882.

(8) Obra citada, edição citada, pág. 159